



239

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 330206-7 - Recife (12ª Vara Cível)

Recorrente: Bradesco Saúde S/A

Recorrido: Rosana Grinberg

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PLANO DE SAÚDE. REAJUSTE DE MENSALIDADES EM VIRTUDE DE MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. ABUSIVIDADE. ONEROSIDADE EXCESSIVA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ESTATUTO DO IDOSO. PRÊMIO PAGO A MAIOR. VALORES. DIFERENÇA. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. DECISÃO UNÂNIME.

1. O Estatuto do Idoso é aplicável aos ajustes contratuais de seguro saúde mesmo firmados antes de sua vigência, pois além deste se tratar de contrato de trato sucessivo, aquele encerra normas de ordem pública e de relevante interesse social.

2. É abusiva a cláusula de plano de saúde formulada sem critérios objetivos estipulando reajustes decorrentes de mudanças de faixa etária, em claro desrespeito ao princípio da boa-fé objetiva.

3. O percentual de aumento por faixa etária praticado pela seguradora de plano de saúde mostrou-se oneroso ao consumidor, violando os artigos 6º, V, e 51, IV, do CDC, podendo ser enquadrado como barreira à manutenção do vínculo contratual, por impedir a permanência do consumidor idoso no sistema, e ferir sua legítima expectativa de proteção contratual.

3. Sendo os aumentos abusivos das mensalidades a prática reiterada das operadoras de planos de saúde, mesmo quando diante de um quadro jurisprudencial amplamente desfavorável às suas pretensões, demonstra-se evidente a caracterização da culpa da agravante a justificar sua condenação no pagamento em dobro daquilo que sabidamente cobrou de forma indevida.

4. Recurso de agravo improvido com manutenção da decisão terminativa proferida na apelação. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a QUINTA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado

Recife, 18 de junho de 2014.

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



240

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 330206-7 - Recife (12ª Vara Cível)

Recorrente: Bradesco Saúde S/A

Recorrido: Rosana Grinberg

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

Relatório

Decisão agravada fls.211/215.

No primeiro grau foi proferida sentença na *Ação de Obrigação de Não Fazer c/c Repetição de Indébito, com Pedido de Antecipação Parcial dos Efeitos da Tutela*, proposta pela autora, ora recorrida, contra **Bradesco Saúde S/A**, *decisum* esse que julgou procedente o pedido para, tornando definitiva a tutela antecipatória concedida 'initio litis', considerar nulas de pleno direito as cláusulas de reajustamento por mudança de faixa etária e por sinistralidade, e condenar a ré a devolver em dobro os valores pagos a maior pela autora, devidamente atualizado pelos índices da tabela não expurgada de referência para a Justiça Estadual, acrescido dos juros legais.

Contra essa decisão foi interposta apelação, à qual, monocraticamente, neguei seguimento para manter a decisão de piso, por entender que matéria tratada no apelo está em confronto com jurisprudência dominante nesta Corte e no STJ, que entendem nula a cláusula do contrato de plano de saúde que preveja o reajuste de mensalidade baseado exclusivamente na mudança de faixa etária de contratante idoso.

Contra o julgado monocrático, a recorrente interpôs este recurso de agravo, objetivando a reforma do mesmo, repetindo em todos os termos os argumentos apresentados no apelo.

Pugna pela reforma da decisão recorrida.

É o Relatório.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes

Relator



241

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 330206-7 - Recife (12ª Vara Cível)

Recorrente: Bradesco Saúde S/A

Recorrido: Rosana Grinberg

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

Voto

Conheço do presente recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Não vislumbrando razões para exercer o juízo de retratação, submeto o feito à Colenda 5ª Câmara Cível.

Na parte que interessa a decisão está vazada nos seguintes:

"[...] Cinge-se a controvérsia em definir se o aumento da mensalidade do plano de saúde da autora, por critério de idade, é devida ou não. E, em caso negativo, se enseja a restituição em dobro com base no parágrafo único do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor. A questão envolve contrato de plano de saúde e, por isso, sujeita-se às normas de ordem pública e de interesse social do Código de Defesa do Consumidor, por se amoldar à definição de relação consumerista de que trata o § 2º do artigo 3º da Lei n. 8.078/1990. Logo, impõe-se analisar a demanda não apenas sob o foco do Código Civil, mas também das normas e princípios do Código de Defesa do Consumidor, porquanto não se poderá conhecer o verdadeiro significado do artigo 757 e seguintes do Código Civil a não ser que sejam interpretados de acordo com as disposições da legislação consumerista. Cumpre também destacar que o interesse social que subjaz do Estatuto do Idoso, exige sua incidência aos contratos de trato sucessivo, assim considerados os planos de saúde, ainda que firmados anteriormente à vigência deste. A jurisprudência maciça e indissolvente do egrégio Superior Tribunal de Justiça entende como nula a cláusula do contrato de plano de saúde que preveja o reajuste de mensalidade baseado exclusivamente na mudança de faixa etária de contratante idoso, ainda que se trate de contrato firmado antes da vigência do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03), uma vez que, sendo norma de ordem pública, o referido Estatuto tem aplicação imediata, não havendo se falar em retroatividade da norma para afastar os reajustes ocorridos antes de sua vigência e sim de vedação à discriminação do idoso em razão da idade. Outrossim, o artigo 15, parágrafo único, da Lei nº 9.565/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, estabelece que: Art. 15 – A variação das contraprestações pecuniárias estabelecidas nos contratos de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, em razão da idade do consumidor, somente poderá ocorrer caso estejam previstas no contrato inicial as faixas etárias e os percentuais de reajustes incidentes em cada uma delas, conforme normas expedidas pela ANS, ressalvando o disposto no art. 35-E. Parágrafo único. É vedada a variação a que alude o caput para consumidores com mais de sessenta anos de idade, que



242

participarem dos produtos de que tratam o I e o §1º do art. 1º, ou sucessores, há mais de 10 anos. Assim, tenho que as cláusulas nº 14.2 e 14.3 do contrato de assistência à saúde, firmado pela autora com a demandada, acostado aos autos à fls. 28/38, que estabelecem o aumento por mudança de faixa etária ferem o disposto na Lei nº 9.565/98, bem como o Estatuto do Idoso, que veda expressamente a alteração do valor das mensalidades dos planos de saúde, em virtude de mudança de faixa etária, especialmente, como preleciona o Parágrafo único do pergaminho legal citado, se o consumidor tiver idade superior à sessenta (60) anos. Neste contexto, como o aumento foi imposto à parte contratante de forma unilateral, haja vista que se está diante de típico contrato de adesão, onde o consumidor é parte hipossuficiente, é possível a discussão e modificação do conteúdo contratual, de forma que as cláusulas em referência devem ser declaradas nulas, de pleno direito, nos termos do artigo 51, inciso IV, do Código de Defesa do Consumidor. O egrégio Superior Tribunal de Justiça tem se posicionado neste sentido: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PREVÊ O AUMENTO DA MENSALIDADE EM RAZÃO DA FAIXA ETÁRIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 83/STJ. IMPROVIMENTO. 1.- O prequestionamento, entendido como a necessidade de o tema objeto do recurso haver sido examinado pela decisão atacada, constitui exigência inafastável da própria previsão constitucional, ao tratar do recurso especial, impondo-se como um dos principais requisitos ao seu conhecimento. Nos termos das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, não se admite o recurso especial que suscita tema não prequestionado pelo Tribunal de origem. 2.- Incidência da Súmula 83/STJ: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". Também se aplica o referido enunciado sumular quando o recurso especial tiver fundamento na alínea a do permissivo constitucional. 3.- O agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar a conclusão alvitrada, a qual se mantém por seus próprios fundamentos. 4.- Agravo Regimental improvido". (AgRg no AREsp 79.837/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/04/2012, DJe 03/05/2012) No mesmo sentido AgRg no AREsp 96.799/RS e AgRg no Ag 1391405/RS. É também o entendimento deste Tribunal. "PLANO DE SAÚDE. REAJUSTE POR MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. USUÁRIO IDOSO. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO. ACOLHIDA PARCIALMENTE. MÉRITO. NEGADO PROVIMENTO AO APELO. 1. A preliminar de prescrição foi acolhida parcialmente, sendo reconhecido o prazo prescricional de três anos para o pedido de restituição de valores pagos a maior em razão do indevido reajuste por mudança de faixa etária. 2. O consumidor que atingiu a idade de sessenta anos, quer seja antes da vigência do Estatuto do Idoso, quer seja a partir de sua vigência (1º de janeiro de 2004), está sempre amparado contra a abusividade de reajustes das mensalidades dos planos de saúde com base na mudança de faixa etária, por força das salvaguardas conferidas por dispositivos legais infraconstitucionais que já concediam a tutela de semelhante jaez,



agora confirmadas pelo Estatuto do Idoso. 3. Dessa forma, há de ser declarada a nulidade das cláusulas abusivas, não devendo incidir o reajuste por faixa etária aos usuários acima de 60 (sessenta) anos, mas tão somente o anual determinado pela ANS. 4. Foi negado provimento ao apelo, mantendo inalterado o mérito da sentença vergastada, ressaltando, por conseguinte, a alteração apenas no que concerne ao prazo prescricional para o pedido de restituição de valores pagos a maior em razão do indevido reajuste por mudança de faixa etária, o qual deverá ser de três anos". (TJPE, AP 316595-7, Rel. Des. Alberto Nogueira Virgínio, 2ª CC, Julgado em 19/03/2014). Desta feita, não merece prosperar os argumentos da apelante no que se refere à legalidade do aumento questionado. No que tange à condenação à devolução dos valores pagos a maior, em dobro, pretende a apelante que seja declarada a impossibilidade da repetição dos respectivos valores. Entretanto, diante do reconhecimento da ilegalidade do aumento das cobranças, a repetição em dobro dos valores indevidamente pagos torna-se medida impositiva, em atenção ao princípio que veda o enriquecimento indevido do credor. Nesse sentido, aliás, têm se manifestado a jurisprudência Pernambucana em casos análogos: "DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SEGURO SAÚDE. REAJUSTE POR MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. PRESCRIÇÃO. CONTRATO DE TRATO SUCESSIVO. ESTATUTO DO IDOSO. APLICABILIDADE. PAGAMENTO A MAIOR. DEVOUÇÃO EM DOBRO. 1.O prazo prescricional para pedidos de restituição de valores pagos a maior em razão do indevido reajuste por mudança de faixa etária é de três anos. 2.O Estatuto do Idoso é aplicável aos ajustes contratuais de seguro saúde mesmo firmados antes de sua vigência, pois além deste se tratar de contrato de trato sucessivo, aquele encerra normas de ordem pública e de relevante interesse social. Precedentes do STJ. 3.As normas constantes no Estatuto do Idoso, mormente a que proíbe os aumentos dos planos e seguros de saúde em função da mudança de faixa etária, são consideradas cogentes, impositivas - via de regra, obsequiosas em relação aos direitos fundamentais, em especial o da dignidade humana - que não podem ser meramente rechaçadas pela deliberação unilateral das operadoras de plano de saúde. 4.Sendo a prática reiterada das operadoras de planos de saúde de abusar dos aumentos das mensalidades, mesmo quando diante de um quadro jurisprudencial amplamente desfavorável às suas pretensões, demonstra-se evidente a caracterização da culpa da apelante a justificar sua condenação no pagamento em dobro daquilo que sabidamente cobrou de forma indevida. 5.Recurso a que se dá parcial provimento". (TJPE, AP 194141-1, Rel. Des. Fernando Ferreira, 1º CC, Julgado em 18/07/2012). Ante o exposto, considerando que a sentença está em conformidade com a jurisprudência do STJ, NEGOU SEGUIMENTO ao apelo, o que faço com fundamento no art. 557, do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ de Pernambuco. Intimações necessárias. Recife, 07 de maio de 2014. Des. Jovaldo Nunes Gomes. relator".



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

244

Analisando a argumentação apresentada pela agravante, não observo, no referido recurso, qualquer argumentação que venha ensejar modificação no posicionamento adotado na decisão agravada, posto que, como visto, encontra-se em sintonia com o entendimento desta Corte.

O percentual de aumento por **faixa etária** praticado pela seguradora de **plano de saúde** mostrou-se oneroso ao consumidor, violando os artigos 6º, V, e 51, IV do CDC, podendo ser enquadrado como barreira à manutenção do vínculo contratual, por impedir a permanência do consumidor idoso no sistema, e ferir sua legítima expectativa de proteção contratual.

Ademais, sendo os aumentos abusivos das mensalidades a prática reiterada das operadoras de planos de saúde, mesmo quando diante de um quadro jurisprudencial amplamente desfavorável às suas pretensões, demonstra-se evidente a caracterização da culpa da agravante a justificar sua condenação no pagamento em dobro daquilo que sabidamente cobrou de forma indevida.

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso, mantendo integralmente a decisão recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

É como voto


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator